

Manual de Redação: camisa-de-força ou regra necessária?

Mônica Pegurer Caprino

Professora do IMES e UMESP, Doutora em Comunicação Social pela UMESP.

Resumo

Os manuais de redação surgiram nos Estados Unidos e estão presentes na imprensa brasileira desde a década de 1950. A história dos manuais ainda é pouco conhecida, embora alguns desses livros tenham se tornado inclusive recordes de vendagem. Os autores dos principais manuais – entrevistados para este trabalho – os consideram de vital importância para a formatação e padronização do texto jornalístico. Hoje são livros utilizados por estudantes, professores, enfim, profissionais fora da imprensa. Apesar disso, entre jornalistas ainda surge a polêmica a respeito de sua verdadeira função. Alguns acusam os manuais de se tornarem camisas-de-força e disciplinarem excessivamente a maneira de redigir na imprensa, impedindo qualquer tipo de criatividade ou estilo pessoal. Outros consideram o manual um livro de regras necessário e que a pobreza do texto jornalístico na imprensa brasileira é resultado de redatores sem os recursos estilísticos necessários.

Palavras-chave: Manuais de redação; Linguagem jornalística; Texto na imprensa.

Abstract

The stylebooks have been used in USA since XIX century. In Brazil, arrived in 1950, but its history is unknown yet. The Brazilian stylebooks writers – interviewed for this paper – considers this kind of book very important for news writing. Today, journalists, students, journalism's teacher and other persons out press use them. Many people debate its real function: could be necessary or is a straitjacket to press style?

Key words: Stylebooks; News writing; Journalistic language.

INTRODUÇÃO

A padronização sempre foi um elemento essencial ao estilo jornalístico. Durante o século XX, o estilo do texto informativo na imprensa brasileira foi gradativamente se uniformizando, com a adoção do padrão de texto anglo-americano, originário principalmente das normas adotadas pela agência de notícias americana Associated Press. Nesse contexto, os manuais de redação e estilo adquiriram fundamental importância para a padronização e normatização do texto jornalístico.

Hoje, diante do fato de esses livros terem se tornado best-sellers, inclusive entre o público não-jornalista, é importante recuperar a história dos principais manuais existentes na imprensa brasileira (dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*) e discutir sua influência para a formatação do texto jornalístico. Uma das questões a ser discutida é em que medida esses manuais atuam como uma camisa-de-força para a criatividade dos redatores, ao criarem excesso de regras a serem cumpridas. Ainda há espaço para o talento e a criatividade nos jornais diários?

PRIMEIROS MANUAIS

Mesmo antes da existência de manuais de redação publicados por periódicos para orientar seus jornalistas, várias obras trataram de descrever o estilo jornalístico ou orientar os redatores sobre como escrever. Ao estudar os manuais de redação, incluindo manuais gerais de jornalismo

e livros de estilo de veículos, Ramón Salaverría¹ compilou aproximadamente dois mil manuais em todo o mundo que ditavam normas de como escrever as notícias.

Os primeiros livros que podem ser considerados manuais de redação são os tratados de Retórica do século XIX, que fazem referência à redação de textos jornalísticos. Embora tratassem da oratória ou dos textos líricos e de prosa, essas obras acabaram também por tentar dar orientações quanto à redação de textos jornalísticos (Salaverría, 1997, p. 63).

No final do século XIX, surgem nos Estados Unidos os primeiros manuais de redação específicos para o jornalismo e neles repetem-se aquelas orientações que já haviam estado presentes na primeira tese de doutorado sobre jornalismo, de Tobias Peucer, escrita em 1690 (apud Rocha, 2000). São destacados como principais elementos do estilo jornalístico, a precisão, a condensação e a objetividade.

Aparecem, posteriormente, dois tipos de manuais de jornalismo: escritos nas escolas de jornalismo e os elaborados por editores para orientar os jornalistas de determinado veículo. Segundo a pesquisa de Salaverría (1997, p. 69), o primeiro manual monográfico sobre redação jornalística foi publicado em 1886, escrito por Robert Luce: *Manual for Editors, Reporters, Correspondents, and Printers*. Entretanto, o livro *The News in América*, de Edwin L.

Shuman, publicado pela Harvard University Press, em 1903, aparece frequentemente citado como o primeiro manual de redação jornalística. Talvez o crédito que se dê a Schuman seja justificado pois ele escreveu duas outras obras importantes e assim pode ser considerado o pai dos manuais de jornalismo moderno.

Chamados de *stylebooks* ou *style sheets* pelo americanos, os manuais de redação se popularizaram rapidamente e seus conteúdos são hoje muito semelhantes. Todos seguem em geral o modelo do manual de Associated Press, considerado clássico.

OBJETIVOS DOS MANUAIS

O objetivo dos manuais seria “fixar um padrão mínimo e uniforme de qualidade do texto”, conforme destaca um antigo redator de *O Estado de S. Paulo*, Flávio Galvão (1971, s.p.). “As regras que nele se contêm oferecem ao principiante indeciso e desamparado uma ajuda utilíssima para que atinja a um padrão aceitável na arte de redigir; além de um estímulo a que prossiga no esforço para aperfeiçoar o estilo”, diz Danton Jobim (1992, p. 51).

Os manuais também têm assumido a função de orientar quanto a procedimentos comportamentais e até ideológicos. Na *Folha de S. Paulo*, essa função tem ficado evidente: segundo o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva (1987, p. 129), que participou da elaboração das quatro edições do Manual de

Redação da *Folha de S. Paulo*, o manual desse jornal “tem a função de definir o método e os procedimentos práticos que sua direção considera apropriados para atingir os objetivos especificados através do projeto”.

Os manuais têm adquirido expressão, inclusive, fora das redações. Basta acompanhar o número de exemplares vendidos. O Manual de Redação e Estilo de *O Estado de S. Paulo*, quando de seu lançamento, ficou durante semanas entre os livros mais vendidos. Lins da Silva (2000) ressalta essa função: “Os manuais, ao se divulgarem para o público em geral, têm tido até uma função de substituir as gramáticas em alguns momentos”. A seu ver, o manual tem extrapolado a linguagem jornalística e serve de sistematização para a língua como um todo.

Também pode ser destacada a importância dos manuais de redação como um ponto de contato entre os jornais e seus leitores. Luiz Garcia (Debate, 2001), redator do Manual de Redação de *O Globo*, acredita que o manual pode ser importante para diminuir o espaço entre o público e o jornal.

Nesse sentido, o jornalista Eugenio Bucci afirma que “o manual é um contrato, a partir do qual o leitor pode fiscalizar e cobrar a excelência jornalística ou por mínima correção” (Debate, 2001). Renata Lo Prete, ex-ombudman da *Folha de S. Paulo*, muitas vezes recebeu críticas de leitores que compararam o que foi publicado no jornal

com as normas do manual. “Isso me leva a crer que o manual tem uma entrada maior que do que a gente pensa e um público que não é necessariamente um jornalista da redação da Folha, ou um jornalista de outro jornal” (Debate, 2001).

Garcia (Debate, 2001) acredita que “é uma boa atitude da imprensa em geral chegar perto do seu leitor dessa maneira expondo e aumentando também a intimidade que ela tem com o jornal”. Ele também vê esse tipo de livro com uma função didática em relação aos jovens jornalistas. O jornalista Eduardo Martins afirma que a proposta do Estadão era justamente a de fazer um livro que pudesse ser usado fora do jornal. “Isso para o jornal é muito importante, porque ele vai levar o nome do jornal a pessoas que não necessariamente precisam ser suas leitoras”.

Pode-se resumir, assim, as funções e objetivos dos manuais de redação brasileiros:

- a) compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas;
- b) padronizar normas de estilo do veículo específico;
- c) orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo;
- d) transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores;
- e) divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing;

- f) estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado;
- g) substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas.

MANUAIS NO BRASIL

No Brasil, segundo José Marques de Melo, o primeiro manual de redação apareceu em Pernambuco, no final da década de 1920 elaborado por Gilberto Freyre. Ele acabara de retornar dos Estados Unidos e foi dirigir um dos principais jornais de Pernambuco, *A Província*. “O jovem jornalista Gilberto Freyre lança uma cruzada contra o preciosismo jornalístico. E implanta no Recife uma ‘*style sheet*’ aculturada” (Marques de Melo apud Lins da Silva, 1987, p. 129). Ou seja, reproduz-se aqui a padronização que já estava presente nos Estados Unidos desde o final do século XIX.

Basicamente, seu manual incluía normas simples e a principal preocupação acontecia em relação a palavras desgastadas pelo uso. Assim, ficavam proibidas palavras como “genitor”; “interessante petiz”, “respeitável prelado” para se referir a pai, recém-nascido e bispo. E outras, como destaca o próprio Gilberto Freyre (1975, p. 234) em relação às medidas tomadas na redação: “já preguei no *placard* um papel em que se proíbe que se empreguem no noticiário não só essas palavras pedantes em vez das genuínas, como estimável, abasta-

do, onomástico, deflui, transflui, etc”.

Depois da primeira tentativa, feita por Gilberto Freyre, os manuais de redação voltaram à cena nos anos 1950, quando passaram realmente a ser utilizados nas redações. O manual do *Diário Carioca* é apontado nos livros de história da imprensa como o primeiro adotado nas redações brasileiras. Foi elaborado pelo jornalista Pompeu de Souza, que foi chefe de redação naquele veículo no princípio de 1950. Ele e Danton Jobim, diretor de redação, foram lecionar no curso de Jornalismo da então Universidade do Brasil, em 1949. Pompeu (1992, p. 24) acreditava que para lecionar precisava estudar jornalismo e foi aos livros. Além disso, havia feito uma viagem aos EUA na década de 1940. Verificou que os jornais americanos tinham duas instituições padronizadoras da qualidade do texto: o *copy desk* e o *stylebook*.

Foi, então, que Pompeu resolveu produzir algo semelhante, consultando vários manuais dos EUA. “Não criei nada: confrontei, via que uma coisa era interessante, outra não se aplicava ao Brasil, e assim, rejeitando uma coisa, incorporando outras, redigi o primeiro *stylebook* da imprensa brasileira, que denominei de Regras de Redação do *Diário Carioca*” (Souza, 1992, p. 25).

Logo em seguida, Carlos Lacerda redige o manual do jornal *Tribuna da Imprensa*. Não difere muito do manual do *Diário Carioca*. Às normas de pa-

dronização e estilo, Lacerda acrescentou orientações de comportamento para o jornalista. O manual demonstrava a preocupação de tornar o texto jornalístico mais simples e eliminar chavões e lugares-comuns (Lins da Silva, 1987, p. 130). O jornalista Luiz Garcia (2001), que viria posteriormente a escrever o manual de redação de *O Globo*, trabalhou na *Tribuna da Imprensa* na década de 1950 e lembra-se de ter aprendido muitas coisas no manual, mas afirma que “não havia controle ou cobrança”, da forma como existe hoje.

Carlos Eduardo Lins da Silva (2000) conta que, quando começou no jornalismo, na década de 1970, havia na *Folha*, como em todos os diários, “algumas folhas de papel com algumas coisas do gênero mas que ninguém se dava o trabalho de olhar e muito menos de seguir”. Em 1984, o jornal *Folha de S. Paulo* lançou a primeira versão de seu Manual da Redação, levando pela primeira vez ao grande público as normas de redação e linha editorial de um jornal. Como lembra Luiz Garcia (Debate, 2001), “a *Folha* teve o pioneirismo, em relação aos outros jornais, de lançar o seu manual como um livro posto à venda nas livrarias”.

O MANUAL DA FOLHA

A normatização de regras de redação na *Folha de S. Paulo* surge na década de 1950, na administração de Nabantino Ramos, em paralelo à normatiza-

ção de processos de produção e trabalho. Em 1959, Nabantino Ramos produziu o livro “Normas de Trabalho da Divisão de Redação para elaboração da *Folha da Manhã*, da *Folha da Tarde* e da *Folha da Noite*”, um volume de 275 páginas. O manual continha 69 verbetes que chegavam a avançar em questões filosóficas e de política editorial, mas apenas timidamente. A preocupação de Nabantino Ramos era adaptar as Folhas ao ritmo e à racionalidade da ordem burguesa. Ele era um profissional do Direito e estava acostumado a normas e, como diretor do jornal, estranhou a falta de regras (Lins da Silva, 1987, p. 101).

O redator médico Julio Abramczyk (2000), na *Folha* desde o final da década de 1950, destaca que nesse manual havia “um verbete importante, que não aparece nos atuais”, aproximadamente desta forma: “Nenhum redator é obrigado a escrever contra o que os seus princípios ditarem”. E acrescenta: “O Nabantino publicou também um Dicionário de Jornalismo, com o interessante verbete: Matéria Recomendada: é aquela que dificilmente será publicada; se publicada, sairá com erros”.

Após o trabalho de Nabantino Ramos, que era de circulação interna, um novo volume voltou a ser editado já na década de 1970 e praticamente não há menção em livros que contam a história da *Folha*. São 32 páginas com orientações sobre ortografia, vocabulário, redação

com apêndices sobre acentuação, palavras estrangeiras aportuguesadas, etc. Segundo Ana Estela Sousa Pinto (2001), seria uma atualização das normas de 1959.

O primeiro manual da *Folha* (intitulado Manual Geral da Redação), publicado inclusive para o público externo, foi editado em setembro de 1984. Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva (2000), foi longamente preparado durante a gestão de Boris Casoy como diretor de redação. “Foi dele quem partiu a iniciativa de elaborá-lo”. Houve participação decisiva do jornalista Joel Silveira, então diretor da sucursal do Rio de Janeiro, e foi revisto e finalizado já sob a direção de redação comandada por Otavio Frias Filho (Lins da Silva, 1987, p. 137).

O manual era um pequeno livro de 91 páginas, organizado em verbetes que misturavam desde orientações sobre acentuação, esclarecimentos sobre as colunas editoriais do jornal até verbetes como o curioso “Fora de serviço”: “mesmo quando não está em horário de trabalho, o jornalista está investido do mandato que lhe é delegado pelo jornal e a este pelos leitores” (Folha, 1984, p. 42).

Segundo Lins da Silva (2000), o manual de 1984 foi mal aceito pela redação e muito criticado no meio jornalístico porque estava inserido em um processo que, a seu ver, “bateu de frente com muitas lendas do jornalismo”. Apesar de ter preocupação com a melhoria do texto jornalístico, o

manual defendia, acima de tudo, o Projeto Folha. Transmitia uma concepção de jornalismo que pretendia profissionalizar a redação, traçando normas e metas a serem cumpridas, não só relativas à qualidade de texto mas também em relação à concepção editorial do jornal como mercadoria, orientado às demandas de seu público.

Em relação ao conteúdo, Lins da Silva (2000) considera que não havia nada de novo no que o manual propunha: “eram os princípios básicos de jornalismo da escola americana, escola que o Brasil segue”. Reconhece que havia alguns exageros que, com o tempo, foram sendo retirados. Embora muito criticado internamente, o primeiro manual da *Folha* foi um sucesso junto ao público externo: em apenas um ano vendeu 17.398 cópias (1987).

Logo após a edição desse primeiro manual, Lins da Silva (1987, p. 137) relata que foram feitas reuniões na redação, de onde saíram sugestões para criação de um índice remissivo e divisão em capítulos. As críticas foram colecionadas num dossiê que passou a ser examinado a partir de março de 1985 por uma comissão nomeada para rever o manual e elaborar uma segunda edição. A segunda edição, “ampliada e corrigida à luz da experiência de três anos”, segundo o prefácio do próprio manual, saiu em 1987.

O número de verbetes aumentou e o manual, de 214 páginas, ficou dividido nos seguin-

tes capítulos: Política Editorial, Estrutura da Folha, Padronização de estilo, Procedimentos profissionais, Normas gramaticais, Convenções gráficas, Vocabulário jornalístico e Anexos.

A segunda edição do manual tem a característica de estar preocupada mais com o público externo, além de dar ênfase à praticidade. Exemplo disso é a divisão dos assuntos por grupos temáticos. Segundo os elaboradores, vendeu muito mais do que a primeira edição para o público externo, embora seja sete vezes maior do que a primeira edição.

Com o passar do tempo e após a publicação de novas edições do Manual da Redação, houve um processo de maturação e o manual acabou incorporado pelos jornalistas da *Folha* e de fora. “Os outros jornais que ridicularizaram o manual na época fizeram coisas parecidas, embora evidentemente não idênticas porque cada um tem a sua própria identidade” (Lins da Silva, 2000).

Na *Folha de S. Paulo*, os manuais de redação foram fruto de trabalho em conjunto. Na segunda edição trabalharam basicamente Carlos Eduardo Lins da Silva, Otávio Frias Filho e Caio Túlio Costa. “Nós ficamos de vinte a vinte e cinco dias na casa do Caio, os três trancados, manhã tarde e noite e ampliamos aquele primeiro manual; basicamente se mantiveram as regras básicas e houve uma ampliação” (Lins da Silva, 2000).

A terceira edição – de 1992 e intitulada Novo Manual da

Redação – assumiu um caráter mais enciclopédico. Segundo seu próprio prefácio, o livro contém normas e recomendações para orientar o trabalho jornalístico na Folha. Segundo os autores, difere substancialmente das edições de 1984 e 1987, com normas mais flexíveis.

O Novo Manual de 1992 foi fruto do trabalho de duas comissões: uma que trabalhou de janeiro a julho de 1991 e integrada por Carlos Eduardo Lins da Silva, Caio Túlio e Márion Strecker e outra que retrabalhou e condensou o que já havia sido pesquisado e foi integrada por Mario Vitor Santos, Marcelo Leite e Helio Schwartzman, e trabalhou de agosto a dezembro de 1991. O volume foi dividido em quatro capítulos: Projeto Folha, Produção, Texto e Edição, mantendo os anexos com informações sobre distâncias, medidas, etc.

A publicação da quarta edição do manual, em 2001, coincidiu com o aniversário de 80 anos da *Folha*. Foi, entretanto, mera coincidência. O livro levou quase três anos para ser elaborado e as primeiras reuniões da comissão aconteceram em março de 1998.

Por que reeditar um manual ou refazê-lo? “O manual não tem vida programada, ele vive enquanto dura, é como o amor”. Quando a nova versão do projeto editorial da Folha foi lançada se percebeu que era necessário fazer reformulações. “O manual estava em descompasso, porque o projeto mudou

e o manual não mudou” (Lins da Silva, 2000).

A princípio, os autores acreditam que a quarta edição deve ter uma vida mais longa, mas não há como definir o tempo de vida do manual. Segundo Lins da Silva (2000), o manual recupera um pouco aquele tom doutrinário que a primeira edição tinha, mas de uma forma muito mais suave, mais tranquila e menos impositiva. “Primeiro porque já existe um certo consenso sobre a necessidade de se ter um manual, de se ter profissionalização, e segundo porque o próprio projeto mudou ao longo dos anos e a gente pôde aprender com os erros e consertar as coisas”.

A forma do manual se modificou. Ele tem um longo texto introdutório, uma espécie de explicação da filosofia da Folha, seguido dos capítulos temáticos divididos por verbetes. Uma coisa que o manual foi ganhando, ao longo do tempo, é o caráter enciclopédico. Transformou-se em uma espécie de almanaque a ser consultado pelo público mais leigo.

Em todas as edições – exceto na primeira, recebida de forma traumática – houve intensa participação da redação durante a elaboração do manual e mesmo a posteriori, em sua utilização. Na nova edição, de 2001, as editorias tiveram uma participação intensa, discutindo e dando sugestões à comissão.

Lins da Silva (2000) acredita que a adesão de outros verbetes à idéia do manual “mostra como os conceitos daque-

la primeira edição estavam mais ou menos certos e como o projeto *Folha* conseguiu se firmar como uma coisa quase que consensual no jornalismo brasileiro hoje”.

MANUAL DO ESTADÃO

Durante muito tempo, predominou na redação de *O Estado de São Paulo* o uso de fichas organizadas em caixinhas de madeira para a transmissão de regras básicas de padronização de texto. Determinadas regras, até então transmitidas oralmente, foram colocadas em fichário, com a aprovação, ao que se diz, de Júlio de Mesquita Filho e do jornalista Leo Vaz, redator-chefe e depois diretor do jornal (Galvão, apud Erbolato, 1991, p. 124).

Segundo o jornalista Eduardo Martins, naquela época havia uma série de instruções esparsas, redigidas eventualmente pelo secretário de redação ou diretor de redação. “Quando eu entrei aqui, no final da década de 1950, em cada mesa havia uma caixinha com uma série de fichas, 50, 60 ou 100 fichas”. Assim, a qualquer dúvida que surgisse entre os repórteres, noticiaristas e redatores, a primeira consulta deveria ser feita à famosa “caixinha”. Ele se recorda que a primeira ficha era “abordar” e trazia a seguinte orientação aos redatores: “abordar é um galicismo, não use, use examinar, tratar”.

Na ocasião, segundo Martins, havia uma grande preocupação no jornal com o uso dos galicismos. A influência do in-

glês ainda não era predominante e a maior preocupação ficava em orientar os redatores a substituir algumas palavras: pormenor ou minúcia substituíam detalhe; no lugar de fracasso, utilizava-se malogro. “Ou seja, purismo que parecem absurdos nos dias de hoje” (Martins, 2000). A caixinha também incluía algumas regras gramaticais para uso da redação. Essa caixinha foi um dos precedentes do manual.

Posteriormente, a função de “vigiar a língua portuguesa” passou a alguns editores. O próprio Eduardo Martins foi um deles, embora não tivesse formação na área de Letras. Em 1963, com a saída de Claudio Abramo da chefia de redação, foi nomeado um redator especial para ocupar a vaga: Nilo Scalzo, com formação em Letras. Scalzo – na época uma espécie de diretor de redação – nomeou Eduardo Martins seu assistente (uma espécie de editor-chefe), pois considerava que o jornalista tinha um bom texto, embora ainda jovem.

Os dois continuaram o trabalho de atualização jornalística anteriormente iniciado por Cláudio Abramo. Segundo Martins (2000), isso era necessário porque o Estadão tinha muitos redatores que eram literatos ou escritores. Assim, preocupavam-se muito mais com a forma do que com a transmissão da informação. “O Cláudio Abramo já tinha começado a mudar essa situação, era uma pessoa extremamente preocupada com a linguagem, ele tinha uma

obsessão com a simplicidade”, observa Martins (2000); para ele, que a simplicidade que aprendeu com Abramo é algo presente no Manual de Redação e Estilo, que elaborou muitos anos depois (a primeira edição saiu em 1990).

Além das “fichinhas”, as normas de redação, até então encontradas de forma esparsa, eram passadas oralmente de geração em geração. “Quando alguém entrava no jornal, por exemplo, e escrevia o nome de um livro entre aspas, um antigo redator dizia assim: ‘Nós usamos negrito e não aspas para nome de livros. Mas isso não estava escrito em lugar nenhum’”, recorda Martins.

Devido ao processo de produção que existia no jornal, a transmissão oral mostrava-se suficiente muitas vezes. Martins conta que lia a matéria inteira com o repórter, orientando sobre formas de melhorar o texto e solicitando que reescrevesse. “Hoje é impossível você fazer isso em um jornal”, observa. “Mas, à medida que os prazos dos jornais foram se apertando, esses esquemas terminaram se tornando inviáveis” (Martins, 2000).

Com a crescente preocupação com as normas de redação, foram elaborados vários minimanuais, dedicados a assuntos específicos. Eram manuais de 4 ou 5 páginas, com normas para assuntos como o uso de negrito, maiúscula, minúscula, etc. Essa sistemática durou até a década de 1980.

Em 1986, em uma conversa

com o então diretor de redação do jornal, Miguel Jorge, Eduardo Martins chamou a atenção para a qualidade do texto do jornal, precária no seu entendimento. Depois de dois ou três meses, Miguel Jorge chamou Eduardo Martins (mudava de função: de editor de cultura a uma espécie de chefe de redação) e lembrou da conversa anterior (Martins, 2000).

Ele estava acompanhado de Julio Cesar Mesquita, o diretor da Unidade de Negócios do Estado. E falou: “Nós precisamos agora de um manual de redação, eu estive vendo o *New York Times*, tem um manual de redação que é muito bom, o *Washington Post* também tem, então os nossos modelos vão ser esses manuais.

Miguel Jorge pediu a Eduardo Martins que reservasse por volta de dois meses para o projeto, antes de assumir a chefia de redação. No pedido, as orientações eram que se fizesse um manual de redação com as normas de padronização gráfica, além de grandes capítulos dedicados às principais dúvidas de gramática.

Eduardo Martins começou a trabalhar no manual de redação partindo justamente dos manuais citados, principalmente o do *New York Times*. O processo de confecção não levou em conta somente as regras existentes em outros manuais. Martins passou a catalogar os erros diários de aproximadamente oito jornais diários que recebia.

A partir dos fichamentos, começaram a ser organizados

os verbetes. Aqueles dois meses começaram em abril de 1986 e iniciaram um processo de produção várias vezes interrompido. Logo em seguida, aliás, Eduardo Martins coordenou a cobertura da Copa do Mundo de Futebol de 1986, ficando aproximadamente dois meses afastado do processo de produção do manual. Em 1988, o jornalista Augusto Nunes assumiu a direção de redação, e nomeou Eduardo Martins seu assistente. Sempre chamado para missões importantes – como reformar a página de artigos e outros projetos – Martins ficou, ao todo, quatro anos trabalhando com o manual, equivalente a dois anos e meio de trabalho ininterrupto.

O Manual de Redação e Estilo, de *O Estado de S. Paulo* saiu em agosto de 1990, quando foi lançado na Bienal do Livro de São Paulo. Ele ficou cinqüenta semanas na lista dos livros mais vendidos da Veja. Publicado inicialmente pelo próprio *Estadão*, com uma tiragem inicial de trezentos mil exemplares, (incluindo cento e oitenta mil para distribuir aos assinantes), a primeira edição, de capa cinza-prateado, continha 350 páginas divididas em três capítulos: O texto e a edição no jornal, Normas internas e de estilo, Escreva certo, além dos apêndices de medidas. Em 1992, houve uma reimpressão executada pela Editora Maltese. O manual ganhou nova capa, em branco, mas o conteúdo era exatamente o mesmo, exceto a apresentação de Aluizio Maranhão que

substituiu a de Augusto Nunes, escrita na primeira versão de 1990. Posteriormente, o manual foi inteiramente reformulado: passou de 350 páginas para 400 páginas, entraram capítulos novos: “O uso da crase”, “Os cem erros mais comuns”, “Guia de pronúncia” e “Escreva certo”, além do anexo de “Pesos e medidas”.

MANUAL DE O GLOBO

A padronização de texto em *O Globo* também começou com orientações internas a seus jornalistas. Na década de 1960, o hoje editor de opinião Luiz Garcia (2000) trabalhou durante pouco mais de um ano no jornal e elaborou um pequeno manual, em 1961.

Ele conta que, na época, era chefe dos *copy desks* e “estava preocupado com o estilo do jornal”. Admite que o livro de estilo era praticamente uma reprodução dos manuais do *Diário do Comércio* (elaborado por Pompeu de Souza) e da *Tribuna da Imprensa* (de Carlos Lacerda).

Outro manual de circulação interna foi feito em 1974, quando Luiz Garcia voltou para o jornal como subeditor chefe. Era uma versão mais ampliada. Ele afirma que, desde o primeiro, havia uma preocupação com vários aspectos: lugares comuns, o nariz de cera e a estrutura do texto, “metido a literário, com muito jargão de política” (Garcia, 2000).

A idéia, segundo Garcia, era “combater isso, fazer estilo mais seco, mais conciso”. O jor-

nalista passou a editor chefe e continuou a cuidar do texto do jornal, ajudado de perto por Evandro Carlos de Andrade.

O manual, publicado em 1992, surgiu a partir das observações diárias, via e-mail, que Luiz Garcia fazia sobre os problemas estilísticos e de correção do jornal. “Algumas observações sobre jornal de hoje” logo passou a ser chamada só de “Algumas”, que é hoje distribuída diariamente à redação.

Após elaborar esses comentários durante quase três anos, Garcia resolveu escrever o manual. “Foram 3 anos de observação, de áreas mais fracas, onde havia mais erro” (Garcia, 2000). Ou quase 1.200 edições passadas na peneira (Garcia, 2000, p. 10). Evandro Carlos de Andrade foi supervisor e colaborador.

O material foi analisado e organizado para a preparação do manual e Garcia optou por um formato diferente daquele utilizado pelos concorrentes. Não utilizou os verbetes mas dividiu o livro, de 246 páginas, em capítulos de texto contínuo: Antes de escrever, Estilo, Padrões e Convenções, Em bom português, Questões éticas, além dos apêndices sobre “palavras perigosas” e “acidentes de texto”. O manual já vendeu 70 mil exemplares.

Para quem redigiu um manual, o desapego de Garcia às regras chega a ser espantoso:

“Quanto a receitas, um princípio vale para todas: é bom conhecê-las bem para saber desprezá-las na hora certa”

(Garcia, 2000, p. 24).

Além de padronizar o estilo dos jornais, os manuais de redação ganharam, ao longo dos anos, status de livros que orientam a prática da redação fora da imprensa. Estão à venda nas livrarias e são consultados mesmo por aqueles que não têm nenhuma ligação com o jornalismo.

Depois de quatro edições, o manual da Folha ainda permanece com muitos conceitos voltados para a prática jornalística interna. O ponto forte da versão de 2001 são os anexos (Gramatical, Legislativo, Jurídico, Militar, de Religiões, Médico, Matemático e estatístico, Geográfico, Econômico, Transliterações, Estrangeirismos e Siglas), que têm grande utilidade para os jornalistas de qualquer veículo de comunicação e mesmo para estudantes em geral.

O manual do *Estado* ainda é aquele de maior abrangência em relação ao estilo jornalístico, mas a segunda edição perdeu a praticidade que a primeira oferecia aos estudantes e professores de Comunicação em relação às características do texto de jornal. O manual de *O Globo* é mais um livro, a ser lido do começo ao fim; a falta de verbetes faz perder um pouco o caráter prático de consulta rápida para o jornalista.

CUMPRIMENTO DAS REGRAS

As primeiras exigências em relação ao cumprimento de regras elaboradas por um manual de redação teriam acontecido com o “código de redação”

elaborado por Gilberto Freyre. Como diretor de *A Província*, estabelecia multas aos redatores que não cumprissem as determinações do manual (Marques de Melo, apud Lins da Silva, 1987, p. 129).

A *Folha de S. Paulo* faz um acompanhamento diário de erros publicados. Desde janeiro de 1985, foi adotado o documento “Recado da Secretaria” (em janeiro de 1986 passou a ter o nome de “Crítica da Secretaria”), como espécie de vigilante diário e atualizado do manual, que é tratado como uma lei na redação. Conforme o texto de Lins da Silva sobre o Projeto Folha, o manual **entrou em vigor** em 1985 e os redatores tiveram 30 dias para de adaptar às normas que, muitas vezes, eram mais de conduta do que de estilo.

Carlos Eduardo Lins da Silva é adepto de que se deve cobrar a aplicação dos manuais na redação: “Eu acho que a única maneira de resolver é aplicar o manual, fazer um bom manual e aplicá-lo com vontade.” Em 1984, a verificação na *Folha* era tão rigorosa que passou a se fazer um controle quantitativo dos erros que aconteciam por editoria. Para os jornalistas, isso foi incluído como uma das condições essenciais para promoção salarial. “Era uma coisa realmente muito rigorosa. Ao final de cada mês, cada jornalista recebia uma planilha com todos os seus erros de padronização de português, especificado por tipo de erro, e aquilo era incluído na ficha funcio-

nal do sujeito da redação” (Lins da Silva, 2000).

Até hoje existe essa preocupação na *Folha* com erros e normas. Desde a década de 1990, existe um programa de qualidade no jornal, que tem como função combater erros, tanto de escrita quanto de informação. E o manual é considerado um instrumento importante para a verificação desses erros. Ana Estela Sousa Pinto (2000) explica que uma equipe passa a madrugada lendo a edição que vai sair no dia seguinte, para anotar quais foram os erros e identificar os autores. “O objetivo é o jornal ter alguma medição de como está a qualidade dos seus textos e a própria pessoa saber que aquilo é considerado erro pelo jornal e poder corrigir se for o caso, mas não tem nenhuma função punitiva”.

No Estadão, também há uma cobrança diária, realizada via correio interno. O próprio Eduardo Martins elabora diariamente uma comunicação chamada de “À margem do manual”. Eduardo Martins explica, também, que está aberto a discussões: “recebo réplicas, peço desculpas, quando critiquei erradamente”.

Afinal, *O Estado de S. Paulo* sempre teve a preocupação de ser um jornal sem erros. Chegou a existir, inclusive, a meta de meio erro por coluna. “Não erro do manual, mas todo e qualquer erro, inclusive de digitação”, segundo explica Francisco Ornelas.

Em *O Globo*, Luiz Garcia tam-

bém analisa os erros diários. “Quando elogio (o que é raro), identifico pelo nome, quando critico, não há o nome, é uma idéia didática, servir para todos”. Ele admite, porém, que a quantidade de erros cometida por um jornalista interfere em sua gratificação anual.

DISCIPLINADOR EXCESSIVO?

Justamente por ser considerado uma lei dentro das redações, os manuais têm sido acusados de serem disciplinadores excessivos do texto, criando uma camisa-de-força. Lins da Silva (2000) acredita que ainda há espaço para a criatividade do redator: “O manual existe para o sujeito que não tem ainda – algumas pessoas nunca terão – o talento para poder desfrutar a liberdade da criatividade”. Ele usa a analogia da orquestra, onde os violinistas devem seguir a pauta e o solista tem liberdade de criar:

“O manual existe como a pauta da orquestra; aquele que está fazendo o acompanhamento, que é membro do coro na ópera, tem que cantar do jeito que está escrito no papel, e o solista se dá a liberdade de criar porque tem mais qualificação para isso. Então, o jornalista mais qualificado vai fazer o que quiser, ele não precisa do manual.”

A jornalista Ana Estela Sousa Pinto admite que o primeiro manual da *Folha* estabeleceu regras rígidas, uma vez que pretendia mudar o padrão de texto que estava estabelecido mas acredita que os livros subse-

qüentes criaram uma gradativa distensão. “Há muito tempo a *Folha* vem pregando mais liberdade”, afirma.

Ela acredita que a baixa qualidade de texto na imprensa liga-se não à excessiva rigidez dos manuais mas à falta de habilidade de muitos jornalistas. “Falta conhecimento técnico, falta informação, informação cultural, tudo isso para se permitir que se faça um texto com um estilo melhor”. Eugenio Bucci também discorda que o manual possa ser uma camisa-de-força. Para ele, “às vezes, é um pretexto para um texto péssimo”.

Luiz Garcia observa que “é tarefa dos elaboradores dos manuais de redação modernos evitar esse engessamento, na verdade criar o grande mandamento para o leitor e para o jornalista que é o de ser livre na elaboração da notícia, ou seja, contribuir com a sua imaginação em vez de contribuir com sua obediência”. Ele acredita que o estilo está nas mãos de quem escreve.

Aparentemente, a idéia de que o manual possa ser uma camisa-de-força ao estilo jornalístico está mais presente na cabeça do jornalista do que na realidade. “A palavra manual desperta essa idéia”, afirma Renata Lo Prete. E acrescenta que “muitas vezes essa poda é benéfica, porque muita coisa ruim se limpa e os textos do jornal ganham um rosto, uma fisionomia”.

Luiz Garcia acredita que não há nada de errado com a pa-

dronização. “Se você fizer o *lead* clássico, você não erra nunca”. Mas acrescenta que seguir rigorosamente essas regras é um empobrecimento: “mas não precisa ser assim, tem que ter liberdade, não muita regra, fazer com que a matéria seja lida”. Aliás, um dos trechos mais polêmicos do manual de redação de *O Globo*, elaborado por Luiza Garcia, é aquele em que ele diz que o jornalista tem que conhecer as regras para desobecê-las (p. 24).

Muitas vezes, os manuais funcionam mais no âmbito da orientação do que da imposição. Pelo menos é assim que pensa Eduardo Martins (2000), do *Estado*, embora admita que “toda padronização é uma camisa-de-força”. Naquele jornal, procurou mostrar aos redatores as formas corretas. “Quando o Manual do Estado recomenda que a pessoa diga que ela deva preferir uma coisa a outra, e não preferir uma coisa do que outra, isso é uma camisa-de-força?”, pergunta o jornalista. Quanto às transgressões ao manual, Eduardo Martins acredita que é preciso conhecer para poder transgredir. “Porque senão, na verdade, você não está transgredindo, está errando por ignorância”.

Carlos Eduardo Lins da Silva acredita que um dos grandes problemas em relação à qualidade de texto não diz respeito aos manuais mas à alta rotatividade das redações. “Quando uma turma ficou treinada, digamos assim, começa a sair gente e entram outros, e é muito

difícil você manter a mesma intensidade de treinamento com uma rotatividade tão grande”.

Pelo que afirmam os jornalistas envolvidos na elaboração dos manuais, o bom texto pode sobreviver mesmo com a sua existência. Os próprios manuais deixam abertu-

ras para os redatores e, segundo seus elaboradores, sempre há lugar para o texto talentoso. O que acontece é que os jornalistas – devido inclusive à carga excessiva de trabalho – acomodam-se em escrever padronizadamente, de acordo com o manual, sem maiores esforços para exercer a criatividade.

Se é fato que o jornalista é aquele redator que tem por característica escrever depressa, também deveria ter em mente objetivos de qualidade fundamentais. Como diz Luiz Garcia: “pede-se ao jornalista que seja bom artesão, competente, aplicado, honesto”. □

BIBLIOGRAFIA

ABRAMCZYK, Julio.
(julio@uol.com.br). (2000)

Manual da Folha (e-mail para: caprino@cebinet.com.br).

DEBATE DE LANÇAMENTO DO MANUAL DA REDAÇÃO. 20 fev. 2001. São Paulo: Auditório da Folha de S.Paulo.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação verbal em jornalismo.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GALVÃO, Flávio. Manual d'O Estado de S. Paulo. **Revista de Comunicações e Artes.** São Paulo: ECA/USP, n. 4, 1971.

GARCIA, Luiz. **Manual de O Globo e texto jornalístico.** Entrevista concedida a Mônica Pegurer Caprino. 2000.

GARCIA, Luiz. **Manual de Redação e Estilo.** São Paulo: Globo, 2000.

JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo.** São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1992.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias: análise das mudanças no processo de produção da Folha de S.Paulo durante a implantação do "Projeto Folha"** (maio/1984-fevereiro/1987). São Paulo: Tese (Livre-Docência) - Universidade de São Paulo, 1987.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Manual da Folha e texto jornalístico.** Entrevista concedida a Mônica Pegurer Caprino.2000.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1984. 91p.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1987.

MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: PubliFolha, 2001, 391p.

MARQUES DE MELO, José. Gilberto Freyre, criador do primeiro manual de jornalismo do Brasil. **Revista Imprensa.** São Paulo, n. 147, p.78-79, 2000.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de S.Paulo.** 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997. 400p.

MARTINS, Eduardo. **O Manual do Estado e linguagem jornalística.** Entrevista concedida a Mônica Pegurer Caprino. 2000.

NOVO MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1997.

ORNELAS, Francisco. **Linguagem jornalística.** Entrevista concedida a Mônica Pegurer Caprino. 2000.

SOUZA, Pompeu de. A chegada no lead ao Brasil. **Revista de Comunicação.** São Paulo. n.30, p. 24-29.1992.

SALAVERRÍA, Ramón. Aproximación a los orígenes de la preceptiva sobre escritura periodística (1840-1940). **Comunicación y Sociedad,** n.1, p. 61-94, 1997.

SOUSA PINTO, Ana Estela. **Manual de redação da Folha.** Entrevista concedida a Mônica Pegurer Caprino 23 ago. 2000.

ROCHA DIAS, Paulo da. Os relatos jornalísticos (Leipzig, 1690: a primeira tese doutoral em jornalismo). **Comunicação e Sociedade.** São Bernardo do Campo: UMESP, n. 33, p. 199-214, 2000.

¹ Ramon Salaverría é professor da Universidade de Navarra, Espanha. Concedeu entrevista à autora no dia 27 de novembro de 2001, durante sua estada no Brasil para participação no curso Master em Jornalismo para Editores do Centro de Extensão Universitária.